

Maia diz que retomará reforma tributária sem Senado: ‘Unificação é urgente’

UOL

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse hoje que não vai esperar o retorno das comissões mistas do Congresso Nacional, suspensas por conta da pandemia do novo coronavírus, para voltar a discutir a reforma tributária. Maia afirmou que a “unificação dos impostos é urgente” e que vai pautar o tema amanhã já na Câmara. “O presidente do Congresso (Davi Alcolumbre) disse que tinha dificuldade de retomar as comissões mistas. Como não conseguimos avançar lá, a partir de amanhã vamos retomar o debate na Câmara dos Deputados.”

Maia defende derrubada de veto e diz que governo tem como prorrogar desoneração

Folha de S. Paulo

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou nesta terça-feira (14) que não há mágica para resolver a desoneração, defendeu a derrubada do veto do presidente Jair Bolsonaro e disse que o governo tem condição de prorrogar o benefício por um ano. As declarações foram dadas em entrevista antes da sessão deliberativa desta tarde. Maia disse desconhecer qualquer acordo que envolva o envio, pelo governo, de uma minirreforma tributária que contemple a desoneração em troca de que o Congresso mantenha o veto do presidente.

Pandemia faz atividade despencar 11,43% em 3 meses, mas maio já traz reação

UOL

A crise provocada pela pandemia do novo coronavírus fez a atividade econômica no Brasil despencar 11,43% em apenas três meses, de março a maio, conforme dados divulgados nesta terça-feira, 14, pelo Banco Central. No período, o Índice de Atividade do Banco Central (IBC-Br) passou de 139,84 pontos para 120,42 pontos. Este é o maior recuo porcentual para um período de três meses em toda a série histórica do BC, iniciada em janeiro de 2003.

Caixa informa que atingiu o limite de empréstimos contratados pelo Pronampe

G1

A Caixa Econômica Federal anunciou nesta terça-feira (14) que atingiu o limite de R\$ 5,9 bilhões autorizados pelo Fundo Garantidor de Operações (FGO) para empréstimos pelo Programa de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe). Segundo a Caixa, até esta terça-feira foram disponibilizados R\$ 4,4 bilhões via Pronampe. Os R\$ 5,9 bilhões, no entanto, já foram atingidos quando se leva em consideração as propostas em fase final de análise.

Senado aprova renegociação de débitos fiscais para empresas no Simples

Fonte: Agência Senado

O Plenário do Senado aprovou, em sessão remota deliberativa nesta terça-feira (14), proposta que permite ao governo federal parcelar os débitos fiscais das micro e pequenas empresas enquadradas no Simples Nacional. Poderão ser negociadas as dívidas com a União em fase de cobrança administrativa, já inscritas na dívida ativa e em cobrança judicial. O placar foi de 70 votos a favor. Não houve votos contrários. O PLP 9/2020, que segue para sanção presidencial, tem o objetivo de ajudar pequenos empreendimentos afetados pela pandemia de covid-19.

O projeto também estende o prazo de adesão ao Simples para novas empresas em 2020. Elas terão 180 dias para fazer a adesão, a contar da data de abertura de cada empresa.

O texto aprovado estende às empresas sob o regime de tributação Simples Nacional os benefícios da Lei do Contribuinte Legal (Lei 13.988, de 2020): descontos de até 70% sobre multas, juros e encargos e prazo de até 145 meses para pagamento do débito. Já as firmas maiores podem ter desconto de até 50% e prazo de até 84 meses.

Essa lei só não se aplica aos débitos de ICMS, imposto estadual, e ISS, municipal, cuja cobrança esteja a cargo de estados e municípios em razão de convênio com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN).



Público-alvo

De acordo com a PGFN, 3,5 milhões de contribuintes inscritos em dívida ativa poderão ser beneficiados. Até 25 de junho, cerca de 30 mil acordos já haviam sido homologados. O órgão espera negociar R\$ 56 bilhões em dívidas e arrecadar R\$ 8,2 bilhões até o fim de 2023. Para operacionalizar a transação, a procuradoria criou um procedimento com duas etapas. A primeira é a adesão, cujo prazo termina em 29 de dezembro deste ano.

Para contribuintes com débitos inferiores a R\$ 150 milhões, a adesão é eletrônica, seguida de uma análise da capacidade de pagamento feita pela PGFN de acordo com as informações

prestadas. São exigidos documentos sobre a situação patrimonial, o faturamento, em caso de pessoa jurídica, e a renda, em caso de pessoa física. Contribuintes com dívidas acima de R\$ 150 milhões devem solicitar eletronicamente uma proposta individual de acordo.

Parcelamento

Analisados os documentos e deferida a transação, a PGFN enviará ao contribuinte a proposta para assinatura. A empresa então terá dois períodos para liquidação da dívida. O chamado momento de estabilização, em que deverão ser pagos cerca de 4% do total do débito (já com os descontos sobre multas e encargos) em 12 parcelas mensais.

continua na próxima página

No segundo momento, o de retomada, poderá ser concedido prazo de até 72 meses, com as parcelas calculadas com base no faturamento. Para pessoas físicas, empresas de pequeno

porte, Santas Casas, instituições de ensino, ONGs e, se convertido em lei o PLP 9, micro e pequenas empresas no Simples Nacional, poderão ser concedidas até 133 parcelas adicionais, de-

pendendo do valor da dívida.

Débitos com o FGTS e multas penais ou criminais não podem ser objeto dessa negociação.

Governo prorroga período de suspensão de contrato de trabalho e redução salarial

Fonte: Agência Senado

O decreto que prorroga por dois meses a suspensão dos contratos de trabalho e por mais um mês a redução de salários e carga horária de funcionários de empresas privadas foi publicado nesta terça-feira (14) no Diário Oficial da União. O texto regulamenta a Lei 14.020, de 2020, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada na semana passada e que instituiu o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda.

Proposto pela Medida Provisória 936/2020, de 1º de abril, o programa autorizou os empregadores a alterar salários e jornada de trabalho durante a pandemia de covid-19 no Brasil. Inicialmente, a previsão era de que os funcionários pudessem ter seus contratos suspensos, com pagamento de

uma parte do seguro desemprego por dois meses, ou ter seus salários e jornada de trabalho reduzidos em 25%, 50% ou 70% por três meses, com uma complementação salarial também concedida pelo governo.

Na passagem pelo Congresso, os parlamentares autorizaram o Executivo a prorrogar essa redução enquanto durar a pandemia (o estado de calamidade pública no país se encerra em 31 de dezembro). O decreto publicado ontem detalha os prazos.

Prazos máximos

O decreto presidencial aumenta para 120 dias os prazos máximos para as duas situações (suspensão de contrato ou redução salarial):

- Para a redução proporcional da jornada de trabalho e de salário, ficam acrescidos 30 dias, passando dos 90 dias atuais para 120 dias no total;
- Para a adoção da suspensão temporária do contrato de trabalho, são 60 dias a mais, passando dos 60 atuais para 120 dias no total. O decreto permite o fracionamento da suspensão contratual em períodos sucessivos ou intercalados de 10 dias ou mais, respeitado o prazo total de 120 dias.

A medida também prorroga o auxílio emergencial de R\$ 600 por mais um mês para empregados com contrato intermitente firmado até a data da publicação da MP 936.

Decreto estadual com medidas restritivas não é renovado

O governo do Paraná divulgou nota na tarde de ontem (14), informando que as medidas restritivas constantes do decreto nº 4942/20, válidas para as regionais de Saúde de Londrina, Cascavel, Cornélio Procópio, Toledo, Cianorte, Foz do Iguaçu e Região Metropolitana de Curitiba

perderam efeito a partir desta terça-feira (14).

A decisão foi tomada por orientação da vigilância epidemiológica. As restrições para a 1ª Regional de Saúde, do Litoral, serão mantidas até o dia 21 de julho.

A Fecomércio PR salienta que, a partir de hoje (15), o comércio poderá reabrir as suas portas, desde que respeitadas as orientações das Prefeituras Municipais nas questões de horários para aberturas e fechamentos, distanciamento entre clientes, uso de proteções como máscara e álcool em gel.

Portaria autoriza que demitidos sejam recontratados por salário mais baixo

Fonte: Conjur

O governo federal editou nesta terça-feira (14) a Portaria nº 16.655/20, que autoriza empresas a recontratarem imediatamente funcionários demitidos durante o período de calamidade pública sem que isso configure fraude trabalhista.

A medida altera norma em vigência desde 1992 (Portaria 384/92), segundo a qual demitidos sem justa causa só podem ser readmitidos após transcorrido o prazo de 90 dias. O descumprimento de tal previsão é considerado infração, conforme prevê a Lei 8.036/90.

“Durante o estado de calamidade pública não se presumirá fraudulenta a rescisão de contrato de trabalho sem justa causa seguida de recontração dentro dos noventa dias subsequentes à data em que formalmente a rescisão se operou, desde que mantidos os mesmos termos do contrato rescindido”, afirma o artigo 1º da portaria publicada hoje.

O parágrafo único, entretanto, permite que a recontração ocorra de modo diverso aos termos do contrato rescindido quando houver previsão para tanto em instrumento de nego-

ciação coletiva. Na prática, isso significa que os trabalhadores podem ser demitidos e, na sequência, readmitidos com salários mais baixos.

A portaria é assinada por Bruno Bianco, secretário especial da Previdência e Trabalho, e foi publicada em edição extra do Diário Oficial da União, entrando em vigor imediatamente.



[Clique AQUI e acesse à Portaria.](#)

NOTA DE PESAR

*É com pesar que a Fecomércio PR comunica o falecimento de **Ana Dall Oglio Bordin**, esposa do empresário do Grupo Barigui, Felix Archanjo Bordin. O falecimento ocorreu na terça-feira (14) e o velório será realizado no Parque Iguaçu, em Curitiba*

Varejo digital traz cases de sucesso de e-commerce



Novos desafios: empresas varejistas, como vender mais?



Novos desafios: empresas varejistas, como vender mais?

“Novos desafios: empresas varejistas, como vender mais?” Esse foi o tema da live do Varejo Digital, transmitida ontem (14), às 17h. A iniciativa é do Sebrae em parceria com o Sistema Fecomércio Sesc Senac Paraná. Participaram do debate, o fundador e CEO da SmartHint, Rodrigo Schiavini, e o Fundador e CEO da Zariff, Fábio Watte, moderado por Ivonei Loregian, do Sebrae. O vídeo segue disponível pelo Canal do Sebrae Paraná, pelo link <https://www.youtube.com/user/prsebrae>

A SmartHint é uma empresa de inteligência artificial para e-commerce, presente em mais de 15 mil lojas virtuais, no Brasil, América Latina, Estados Unidos e Europa, enquanto a Zariff opera como loja virtual em todo o território nacional, com o enfoque no varejo de calçados e acessórios femininos e masculinos.

Watte conta que seu empreendimento iniciou de maneira física, em Francisco Beltrão e região Oeste, há 18 anos. “Há 10 anos digitalizamos nossos negócios em duas plataformas da internet. Nos tornamos o primeiro varejo digital de calçados do Paraná”, conta o empresário. Sua estratégia de sucesso está relacionada não só a campanhas para divulgação da marca, mas no engajamento orgânico.

“Para uma empresa ter destaque é necessário investir muito dinheiro em divulgação ou ter muita competência. Nós optamos pelo segundo”, disse.

Assim, houve um processo natural de diversas marcas de calçados desejarem operar em sua plataforma. E, hoje, a Zariff apresenta métricas e medidas com grandes plataformas do mercado da moda. “Nosso apelo às redes sociais permitiu que humanizássemos o processo digital, por meio de ferramentas que atendam nosso cliente de maneira personalizada, como na loja física, proporcionando uma experiência de compra, um bom atendimento e afinidade pela marca”, explica.

Inteligência artificial no e-commerce

A SmartHint é uma prestadora de serviços para clientes empresários de negócios digitais. Ela oferece tecnologia por meio de inteligência artificial a estes clientes, facilitando métodos de busca, atendimento, vendas e fidelização. Iniciou sua operação em 2017, no ano seguinte passou a ser considerada a melhor start up do varejo; em 2019, ficou entre as melhores do ramo de e-commerce. Entretanto, assim como as empresas dos outros ramos, não previa os impactos da pandemia.

“No início da pandemia ninguém sabia o que fazer. Entramos em paralisação sem saber como e quando voltaríamos. Hoje, vejo que o e-commerce se tornou um grande potencial de abastecimento econômico do país. Então, é momento de encorajarmos o comércio eletrônico das empresas. Antes da pandemia o e-commerce contava com 3% de fatia de mercado, agora esse número duplicou. Por isso, nossas preocupações presentes são: como atender esse novo cliente? Quais são suas expectativas de consumo?”, ponderou.

Nesse sentido, a atuação da SmartHint é promover a melhor experiência de compra ao consumidor final, por meio dos melhores algoritmos de busca. A empresa atua junto ao varejista em sua loja online para o melhor atendimento na ponta. As estratégias da start up vão desde os cuidados de programação para prestar uma consultoria on line ao cliente final, a personalização pela tecnologia, as buscas por cores, termos associados às palavras de busca e oferta de produtos ao gosto do cliente. “Acreditamos, assim, que o varejo não está morto, mas que o varejo medíocre está, ou seja, aquele que não se preocupa com o cliente. Por isso eu sempre recomendo: faça o básico, mas faça bem feito”, avalia.

Lei de conversão de parte da MP 932 determina repasse do Sebrae ao Fampe

Foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) desta quarta-feira (15), a Lei nº 14.025, que converte parte da Medida Provisória (MP) nº 932, que altera a alíquota que o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) destinará ao Fun-

do de Aval às Micro e Pequenas Empresas (Fampe).

A partir da publicação da nova lei, o Sebrae destinará ao Fundo, no mínimo, 50% dos recursos que lhe forem repassados do produto da arre-

cação do adicional de contribuição previsto no § 3º do art. 8º da Lei nº 8.029/1990, referente às competências de abril, maio e junho de 2020.



Confira a Lei nº 14.025 na íntegra.

Sivana, Câmara da Mulher e Acia aderem à campanha Sinal Vermelho

Com informações da Acia

A campanha “Sinal Vermelho Contra a Violência Doméstica”, uma iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ganhou a adesão nesta terça-feira (14), do Sindicato do Comércio Varejista de Apucarana (Sivana), da Câmara da Mulher Empreendedora e Gestora de Negócios em Apucarana (CMEG), e da Associação Comercial, Industrial e de Serviços (Acia). Juntas as instituições vão trabalhar para divulgar e conscientizar sobre os direitos das mulheres, em especial das trabalhadoras do comércio.

A secretária Municipal da Mulher e Assuntos da Família de Apucarana, Denise Canesin, explica que a campanha, realizada em parceria com farmácias, será mais um instrumento de combate à violência doméstica e familiar. A ideia da campanha é que mulheres, vítimas de violência, ao entrar numa unidade participante, façam um X vermelho na mão e mostrem para um atendente ou farmacêutico. “Ao ver o sinal, os profissionais entrarão em contato com a polícia para ajudar na situação”, diz Denise.



O major Vilson Laurentino da Silva, do 10º Batalhão de Polícia Militar (BPM), de Apucarana, ressalta que houve um aumento de 78% nos casos de violência contra a mulher durante a pandemia. “Esta é uma campanha importante para ajudar a combater este mal. Vamos trabalhar com o comércio, mais específico com as farmácias, orientando a ligar para o telefone 190 e avisar sobre casos que lá forem denunciados”, frisa o major.

A delegada da Mulher de Apucarana, Sandra Nepomuceno, reforça que as farmácias que aderirem à campanha não terão obrigação de servir como testemunhas após a denúncia,

sendo isentas de acompanhar os trâmites processuais.

O presidente da Acia, Jayme Leonel, afirma que a entidade irá ajudar na divulgação desta campanha nacional. A presidente do Sivana, Aída Assunção, por sua vez, observa que as drogarias e farmácias parceiras terão acesso à cartilha e tutorial para capacitação dos funcionários, que estarão aptos para acolher a vítima e se tornar um meio para o registro da denúncia. “A mulher que sofre violência tem medo e dificuldade de denunciar. O ambiente das farmácias pode ajudar a dar a elas uma sensação de segurança, finaliza Aída.

Sesc Umuarama entrega doações da Campanha do Agasalho

Na última semana o Sesc Umuarama, em parceria com a RPC e o Tiro de Guerra, realizou mais uma entrega da Campanha do Agasalho. Foram mais de quatro mil peças entregues divididas entre a APAE, a Caps II e o Instituto Nossa Senhora Aparecida.

Segundo os representantes das entidades sociais beneficiadas, as doações vieram em boa hora para atender as pessoas que mais precisam, devido à frente fria que chegou ao Paraná.

A Campanha do Agasalho continua até o dia 31 de agosto e as doações podem ser entregues nas unidades do Sesc e do Senac PR, nas empresas do comércio e em condomínios conveniados ao Secovi-PR.

A iniciativa é uma realização conjunta do Sistema Fecomércio Sesc Senac PR, RPC e Instituto GRPCOM



Doações realizadas pelo Sesc Umuarama em parceria com a RPC e o Tiro de Guerra

em parceria com o Exército Brasileiro, os sindicatos empresariais filiados à Fecomércio PR, as Câmara da Mulher Empreendedora e Gestora de Negócios do estado. Os condomínios conveniados ao Secovi-PR também aderiram à campanha, assim como empresas do comércio de bens, servi-

ços e turismo paranaenses. As rádios 98FM e Mundo Livre FM, e os jornais Tribuna do Paraná e Gazeta do Povo apoiam e ajudam a divulgar a ação.



[Mais informações sobre a Campanha do Agasalho](#)

Web série Fique em casa com o Sesc

Os episódios dessa semana da Web série Fique em casa com o Sesc trazem dicas para saúde e atividades para as crianças. A dentista do Sesc Cornélio Procópio, Tatiana Sorgi, explica sobre a gengivite, uma inflamação nos tecidos gengivais. Já a professora do Sesc Educação Infantil, Larissa, conta a História do Leão e o Ratinho pelo vídeo. Os episódios seguem disponíveis em nossas redes sociais digitais:

 [Facebook](#)

 [Instagram](#)

 [Site do Sesc](#)



 **Gengivite:**
confira o que é, os sintomas e tratamentos

 **História para crianças:**
O Leão e o Ratinho



16.07 às 17h
quinta-feira

m o v i m e n t o



A ECONOMIA BRASILEIRA PÓS 2020

Uma visão dos pequenos negócios



Guilherme Afif Domingos

Administrador de Empresas, Assessor Especial do Ministro da Economia Paulo Guedes, Empresário, ex-vice-governador de São Paulo, ex-presidente do Sebrae Nacional, ex-ministro das Micro e Pequenas Empresas e Autor, desde a Constituinte, do tratamento diferenciado para as MPEs que resultou no Simples e no MEI

▶ Transmissão pelo Zoom

[Transmissão pelo Zoom](#)

**HOJE É UM DIA MAIS FELIZ
PARA O COMÉRCIO DO PARANÁ.**



PARABÉNS

SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA

DE TOLEDO (SINVAR TOLEDO)

EM 15 DE JULHO, PELOS 34 ANOS.

**A FECOMÉRCIO TEM MUITO ORGULHO DE PODER
CONTAR COM VOCÊS NO FORTALECIMENTO
DO COMÉRCIO DO NOSSO ESTADO.**

**EMPRESÁRIO DO COMÉRCIO,
OBRIGADO POR TODOS ESTES ANOS DE PARCERIA.**

E QUE VENHAM MUITOS OUTROS.

Concurso de Cartões-postais - 3ª EDIÇÃO

Entre Lendas do Paraná

INSCRIÇÕES ONLINE: ATÉ DIA 30/09/2020.

OBJETIVO: ilustrar elementos da cultura paranaense.
PÚBLICO: estudantes, trabalhadores do comércio e público em geral, conforme categoria.

INFORMAÇÕES: www.sescpr.com.br
entre.lendas@sescpr.com.br



*imagens selecionadas na 2ª edição do concurso

www.sescpr.com.br | fb.com/sescpr
instagram.com/sesc_pr | [sesc_pr](https://twitter.com/sesc_pr)

Fecomércio PR
Sesc | Senac | IFPD

Sesc



41. 3883-4500 | jornalismo@fecomerciopr.com.br

SISTEMA FECOMÉRCIO SESC SENAC PR
Presidente: Darci Piana

NCM - Núcleo de Comunicação e Marketing

Coordenador Geral do NCM: Cesar Luiz Gonçalves | Coordenador de Jornalismo: Ernani Buchmann
Jornalistas: Carolina Gomes, Fernanda Ziegmann, Karen Bortolini, Karla Santin, Isabela Mattioli e
Silvia Bocchese de Lima | Estagiária: Ana Colemonts | Colaboração: Fecomércio PR e Unidades do Sesc e Senac PR
Fotógrafos: Bruno Tadashi, Ivo Lima | Design Gráfico: Vera Andrión



**SEJA
SOLIDÁRIO,
DOE SANGUE.**

**DOAR É UM
ATO DE
AMOR**

Procure o hemocentro
mais próximo e saiba
como doar em segurança.

Mais informações
saude.gov.br/doesangue

DISQUE
SAÚDE
136



MINISTÉRIO DA
SAÚDE



41. 3883-4500 | jornalismo@fecomerciopr.com.br

SISTEMA FECOMÉRCIO SESC SENAC PR

Presidente: Darci Piana

NCM – Núcleo de Comunicação e Marketing

Coordenador Geral do NCM: Cesar Luiz Gonçalves | Coordenador de Jornalismo: Ernani Buchmann

Jornalistas: Carolina Gomes, Fernanda Ziegmann, Karen Bortolini, Karla Santin, Isabela Mattioli e
Silvia Bocchese de Lima | Estagiária: Ana Colemonts | Colaboração: Fecomércio PR e Unidades do Sesc e Senac PR
Fotógrafos: Bruno Tadashi, Ivo Lima | Design Gráfico: Vera Andrión